

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO 095/2025**

Estabelece o procedimento administrativo para a cobrança de débitos fiscais em âmbito administrativo e judicial no Município de Santa Maria do Oeste.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando que compete ao Município promover a arrecadação eficiente de seus créditos tributários e não tributários, garantindo a adequada recuperação da receita pública e o respeito ao interesse coletivo;

Considerando que a Lei Federal nº 6.830/1980 e a Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) estabelecem normas gerais relativas à constituição, inscrição, controle, cobrança e execução judicial da Dívida Ativa;

Considerando que o art. 37 da Constituição Federal impõe à Administração Pública a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, exigindo atuação administrativa pautada por racionalidade, organização e controle;

Considerando a necessidade de uniformizar, padronizar e regulamentar os procedimentos administrativos e judiciais de cobrança dos créditos municipais, de modo a assegurar segurança jurídica, previsibilidade e eficiência à gestão da Dívida Ativa;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 32/2001 (Código Tributário Municipal), que disciplina a constituição dos créditos municipais e delega ao Município a organização dos procedimentos de inscrição e cobrança;

Considerando, por fim, a necessidade de disciplinar de forma clara e organizada o fluxo procedimental de cobrança administrativa e judicial, garantindo coerência entre os setores envolvidos, eficiência na recuperação de créditos e economia de recursos públicos;

**DECRETA:**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Decreto regulamenta o processo de cobrança dos créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa do Município de Santa Maria do Oeste, em conformidade com o disposto na Lei nº 32/2001 (CTM).

Art. 2º A cobrança dos créditos municipais dar-se-á pela via administrativa ou judicial, pelo órgão responsável pela representação judicial do Município.

Art. 3º O órgão de representação judicial do município é o responsável institucional pela cobrança judicial dos créditos inscritos em Dívida Ativa, incluindo a análise de viabilidade, o ajuizamento da Execução Fiscal e o monitoramento da tramitação processual.

Art. 4º O prazo máximo para o ajuizamento da Execução Fiscal, contado a partir do recebimento da Certidão de Dívida Ativa (CDA) devidamente instruída, é de 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º A contagem do prazo previsto no caput somente se iniciará após o recebimento da CDA completa, instruída com os seguintes documentos obrigatórios:

- I - Informações cadastrais atualizadas do devedor;
- II - Comprovação da notificação regular do lançamento;
- III - Relatório da tentativa prévia e esgotamento da cobrança administrativa;
- IV - Parecer da unidade de inscrição atestando a regularidade formal da CDA.
- V - Protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida.

§ 2º O não ajuizamento no prazo estabelecido, por inércia do órgão de representação judicial, deverá ser justificado e documentado em procedimento próprio, sob pena de responsabilidade pessoal.

Art. 5º A cobrança judicial será realizada mediante o ajuizamento da Execução Fiscal e o uso de instrumentos e meios formais de pesquisa patrimonial, tais como:

- I - Sistemas de penhora online (BACENJUD/SISBAJUD);
- II - Restrição e pesquisa de veículos (RENAJUD);
- III - Pesquisa de informações econômico-fiscais (INFOJUD);
- IV - Outras ferramentas disponíveis para a efetividade da execução.

## DA ANÁLISE DE VIABILIDADE E DO VALOR MÍNIMO

Art. 6º Antes do ajuizamento da Execução Fiscal, o órgão de representação judicial deverá realizar a Análise de Viabilidade Técnica e Jurídica do crédito.

§ 1º A análise de viabilidade contemplará, no mínimo, a verificação dos seguintes critérios:

I - Regularidade formal da Certidão de Dívida Ativa (CDA);

II - Correta identificação e qualificação do devedor e corresponsáveis;

III - Valor atualizado do crédito e a adequação ao valor mínimo estabelecido neste Decreto;

IV - Inexistência de causa extintiva ou suspensiva da exigibilidade do crédito, especialmente a prescrição;

V - Probabilidade da existência de bens penhoráveis ou de capacidade contributiva do devedor.

§ 2º A análise documentada e fundamentada será concluída no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da CDA.

§ 3º A análise deverá ser comunicada ao setor de arrecadação no prazo previsto no parágrafo anterior.

Art. 7º Visando à racionalização da máquina pública e à redução de custos desproporcionais, as execuções fiscais deverão observar o valor estabelecido pela Lei 255/2009.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o Prefeito Municipal poderá autorizar o ajuizamento de créditos inferiores ao valor mínimo, mediante análise fundamentada que ateste o interesse público relevante e a alta probabilidade de recuperação do crédito.

Art. 8º O órgão de representação judicial poderá, mediante análise documentada e fundamentada, solicitar a extinção dos processos que se enquadrem nos critérios de ineficiência e baixo valor, conforme diretrizes da Resolução CNJ nº 547, de 22 de fevereiro de 2024 ou outra que venha a substituir.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, consideram-se créditos de pequeno valor aqueles cujo montante atualizado seja inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em consonância com a Resolução CNJ nº 547, de 22 de fevereiro de 2024.

§ 2º Para aferição do valor previsto no § 1º, em cada caso concreto, deverão ser somados os valores de execuções que estejam apensadas e propostas em face do mesmo executado.

Art. 9º A análise de viabilidade deverá ser concluída pelo órgão de representação judicial em até 60 (sessenta) dias após o recebimento da CDA e comunicada, com a devida fundamentação, ao Setor de Arrecadação ou Dívida Ativa para fins de controle e eventual reavaliação administrativa.

**DA PREVENÇÃO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE**

Art. 10. O órgão de representação judicial e a unidade de Dívida Ativa adotarão medidas conjuntas para prevenir a ocorrência de prescrição intercorrente nos processos de execução fiscal.

§ 1º Compete à ao órgão de representação judicial:

I - Monitorar os prazos prescricionais em cada fase do processo judicial de execução fiscal;

II - Adotar controles e sistemas de alerta ou acompanhamento processual para garantir que os prazos de prescrição intercorrente sejam devidamente observados;

III - Adotar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da ciência da paralisação processual, ações preventivas e corretivas, como pedidos de diligências e reavaliação das medidas executórias.

§ 2º Compete à unidade de Arrecadação:

I - Manter e fornecer, tempestivamente, as informações atualizadas sobre o devedor e seus bens, por solicitação do órgão de representação judicial;

II - Colaborar com a Procuradoria na busca por bens passíveis de penhora ou na identificação de fraudes.

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Os casos omissos ou as dúvidas suscitadas na aplicação deste Decreto serão dirimidos pela Procuradoria Municipal, em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 12. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Santa Maria do Oeste, 24 de novembro de 2025.

***OSCAR DELGADO***

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Marcos Antonio de Lima

**Código Identificador:F25CCA47**

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 25/11/2025. Edição 3413

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>